

1º Encontro Popular
PELA VIDA
e por **OUTRA**
SEGURANÇA PÚBLICA



CADERNO DE RESOLUÇÕES
RIO DE JANEIRO, 7 E 8 DE AGOSTO DE 2009

Na primeira noite eles se aproximam
e roubam uma flor
do nosso jardim.
E não dizemos nada.
Na segunda noite, já não se escondem;
pisam as flores,
matam nosso cão,
e não dizemos nada.
Até que um dia,
o mais frágil deles
entra sozinho em nossa casa,
rouba-nos a luz, e,
conhecendo nosso medo,
arranca-nos a voz da garganta.
E já não podemos dizer nada.

Maiakovski

DOCUMENTO FINAL DO ENCONTRO PELA VIDA E POR OUTRA SEGURANÇA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO

O Estado brasileiro cimentou sob as bases de seu desenvolvimento econômico, político e cultural o uso oficial e extra-oficial de aparelhos de criminalização dos povos que de algum modo representam uma ameaça a sua “ordem”. O cotidiano das comunidades criminalizadas deste país permite entender que o Estado brasileiro distribuído nos seus três poderes e no seu sistema de justiça criminal é composto por uma normatividade seletiva e, como consequência, agências e instituições seletivas de controle, dominação e extermínio da população pobre e negra.

Através do encarceramento em massa o Estado mantém sob sua tutela uma população da qual mais de 90% é originária de famílias de negros e de pobres. De outro lado, esse Estado também demonstra sua face genocida e exterminadora. Conforme relatório de Philip Alston, relator da ONU para execuções sumárias e extrajudiciais publicado em 2009, no Brasil os policiais matam tanto em serviço como fora de serviço e nenhuma investigação é feita já que todos os índices se justificam a partir de “autos de resistência” ou “mortes em confronto”. Há mais de uma década, a política de extermínio do Estado brasileiro vem se agravando e tornando os índices de executados em comunidades e favelas de norte a sul do país em um verdadeiro genocídio aos negros e extermínio à população pobre.

No Rio de Janeiro, após anos de investimento em uma política militarizada de segurança pública, pautada por um discurso “guerra” à pobreza que legitima execuções sumárias, assistimos a um ainda maior crescimento do tráfico e à expansão de grupos armados como milícias ou grupos de extermínio. No entanto, pouco se atribui esse desastroso quadro à política do Estado, verdadeiro responsável pela lógica bélica que coloca toda a população carioca sob sua linha de fogo. Ao contrário, o senso-comum político-criminal tenta reduzir o problema à “violência urbana”. Sabemos que não é disso que se trata. O Estado que nega direitos é o mesmo que executa aqueles que podem se voltar contra ele, fato que revela a lógica de criminalização da pobreza e dos movimentos sociais organizados que permeia as práticas governamentais do país.

Hoje, o governo estadual e federal implementam, no nosso estado, sob o nome de “política de pacificação” casada ao “Programa de Aceleração do Crescimento” – PAC – das favelas, um verdadeiro laboratório dos projetos de “segurança cidadã” globalmente recomendados, cuja maior expressão é hoje a Colômbia. Sem nenhum debate de reformas profundas nas instituições policiais e nas políticas de segurança pública, o governo maquia as comunidades e implementa um policiamento comunitário militarizado, verdadeiro regime de controle social ao extremo.

Apesar de recentes, essas experiências já demonstram que não visam uma ruptura com o modelo de segurança pública anterior. Tais políticas mantiveram a convivência com o confronto e continuaram baseadas na militarização como principal modelo de relação entre policiamento e favelas, como ocorre, gerenciado pelo governo brasileiro, no Haiti. Além disso, compromete – a partir de acordos e projetos – a própria comunidade e as organizações sociais no gerenciamento de sua política de gestão da miséria. Alivia as dores mas não cala a tragédia. As ações da polícia permanecem as mesmas, sempre calcadas na arbitrariedade e na violência.

Após serem lançados em nível federal, o PRONASCI – Plano Nacional de Segurança com Cidadania – seguido da I CONSEG – Primeira Conferência Nacional de Segurança Pública – tentam alinhar o processo de formulação de uma política criminal travestida de “segurança pública cidadã” negando a participação autônoma e paritária dos movimentos sociais e referendando um plano do governo lançado à priori do debate com a sociedade.

Nesse cenário político, organizações de direitos humanos, movimentos sociais, instituições acadêmicas, comunidades populares, familiares de atingidos pela violência estatal e militantes se uniram, após a organização do Tribunal Popular em 2008, em torno da construção do 1º Encontro Popular Pela Vida e por outra Segurança Pública. Reunidos no Rio de Janeiro entre os dias 7 e 8 de agosto de 2009, 200 pessoas de diversos movimentos sociais e comunidades, estiveram presentes na Universidade Federal do Rio de Janeiro, no salão Pedro Calmon, para debater sobre a necessidade de uma segurança efetivamente pública, radicalmente diferenciada daquelas atualmente implantadas pelos governos, que seja norteada pelo respeito aos direitos humanos e à vida.

Além disso, avançamos nos debates aprovando um conjunto de propostas – que seguem abaixo – e servem de orientação a um programa de reivindicações e proposições já historicamente acumuladas pelos movimentos de direitos humanos, debatidas e referendadas aqui neste espaço; e, como desdobramento, a sistematização do calendário de lutas proposto em cada grupo.

Estaremos, nos dias 14, 15 e 16 de agosto em Salvador/BA, levando os debates aqui realizados para socializar e acumular conjuntamente com os demais estados que se contrapõem à atual política de extermínio e genocídio implementada no Brasil.

MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE AO POVO HAITIANO

Aos trabalhadores, trabalhadoras, estudantes e povo do Haiti,

Recebam nossa solidariedade neste momento em que as tropas de ocupação da MINUSTAH completam 5 anos de presença repressiva no país. Recentemente, para garantir o reajuste do salário mínimo aprovado em seu país e que até o momento o governo e as organizações patronais se negam a implementar, a MINUSTHA mais uma vez reprime o povo com gás lacrimogêneo, balas e pancadaria nas manifestações da classe trabalhadora para garantir que esse reajuste comece a valer.

As notícias sobre a violenta repressão, com prisões e feridos, só reforçam nosso compromisso com a luta pela retirada imediata das tropas, a garantia do direito de auto-determinação do povo haitiano e o cancelamento da ilegítima e imoral dívida externa que retira recursos de seu país.

RESOLUÇÃO EM SOLIDARIEDADE AO GTNM

O “I Encontro Popular Pela Vida e Por Outra Segurança Pública”, que reuniu mais de 200 pessoas para debater o processo de criminalização da pobreza e da população negra levada à cabo por todas as políticas de segurança ora implementadas, aprovou todas as preocupações expressas na carta abaixo e se soma como agente da luta pela abertura dos arquivos da ditadura e todas as demais recomendações e preocupações do texto abaixo:

“No último dia 03 de junho, o Ministro da Defesa, Sr. Nelson Jobim, convocou alguns poucos familiares de mortos e desaparecidos políticos e membros da Comissão Especial da Lei 9140/95 para uma reunião, na sede do Ministério da Defesa, em Brasília.

O objetivo desse encontro era informar aos presentes da edição da Portaria nº 567, de 29/04/2009, designando um Grupo de Trabalho com a finalidade de coordenar “as atividades necessárias para a localização, recolhimento e identificação dos corpos dos guerrilheiros e militares mortos no episódio conhecido como Guerrilha do Araguaia”.

O General Brandão, chefe do Serviço de Informação do Exército brasileiro, também estava presente à reunião, o que a nosso ver foi uma tentativa perversa de constrangimento aos familiares presentes.

A edição da referida portaria não só atropela as atribuições da Comissão Especial da Lei 9.140/95 - que tem competência legal para coordenar os trabalhos de localização e identificação dos corpos dos militantes políticos - como entrega a coordenação ao General Mário Lúcio Alves de Araújo, comandante do 23º Batalhão de Infantaria de Selva, que em entrevista ao jornal “O Norte de Minas”, publicada em 31 de março de 2009, declarou “(...) há exatos 44 anos o Exército brasileiro atendendo a um clamor popular foi às ruas contribuindo substancialmente e de maneira positiva, impedindo que o Brasil se tornasse um país comunista”

Não reconhecemos a legitimidade deste Grupo de Trabalho, de caráter militar, executada e comandada pela 23ª Brigada de Infantaria de Selva, que teve importante papel no massacre à Guerrilha do Araguaia e foi co-responsável pelas torturas, execuções, mortes e ocultação de cadáveres dos guerrilheiros.

Entendemos que o papel das Forças Armadas nesse processo é o de fornecer as informações que estão nos seus arquivos e que já deveriam ser do conhecimento de todos os brasileiros.

É importante frisar que a formação desse malfadado grupo de trabalho, assim como as publicações de parte do arquivo considerado como pessoal do militar Sebastião Curió Rodrigues de Moura, Major Curió – um dos repressores à Guerrilha do Araguaia -, veiculadas no Jornal Estado de São Paulo, em 21 e 22/06/09, não podem ser vistas como uma coincidência. O governo brasileiro está sendo, no momento, obrigado a responder sobre as circunstâncias das mortes e desaparecimentos, como a localização dos corpos dos desaparecidos na Guerrilha do Araguaia tanto pela justiça nacional como internacional. Há, inclusive, uma representação junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA sobre o assunto.

Por tudo isto:

- Defendemos que todas as iniciativas de localização, recolhimento e identificação dos corpos dos guerrilheiros

mortos e desaparecidos sejam conduzidas pela Comissão Especial, constituída e funcionando sob o escopo da Lei nº 9.140 de 1995.

• Exigimos das Forças Armadas a abertura de todos os arquivos com as informações guardadas pelos militares que sirvam de subsídios aos trabalhos dirigidos pela Comissão Especial - Lei 9.140/1995, à qual se deveria agregar equipes qualificadas de Arqueologia Forense e de suporte para todas as investigações necessárias.

• Exigimos, portanto, o fiel cumprimento de sentença exarada pela juíza Solange Salgado, em 30 de junho de 2003 que indica ao governo brasileiro abertura de todos os arquivos das Forças Armadas e a intimação dos militares envolvidos para prestarem depoimento.”

CALENDÁRIO DE LUTAS

- 5 DE AGOSTO – **Dia Nacional do Funk**
- 11 DE AGOSTO (terça-feira) - **Solidariedade ao Povo Hondurenho** - a partir das 17 horas, na Cinelândia-RJ;
- 14 DE AGOSTO (sexta-feira) - **Jornada Nacional de Lutas contra a Crise** – RJ;
- 14 e 15 DE AGOSTO (sexta-feira e sábado) – **Encontro Popular Pela Vida e Por Outra Segurança Pública** – Salvador-BA;
- 18 DE AGOSTO (terça-feira) - **Ato contra o choque de ordem** - das 10hs às 13hs, em frente à prefeitura (Cidade Nova) – RJ.
- 25 DE AGOSTO (terça-feira) - **Hip-Hop pela retirada das Tropas do Haiti**, às 18h, no Sindpetro-RJ
- 7 DE SETEMBRO (segunda-feira) – **Grito dos Excluídos**;
- 18 DE SETEMBRO (sexta-feira) – **Julgamento Da Chacina Do Morro Do Estado, Ato No Fórum De Niterói** – RJ;
- 20 DE SETEMBRO (domingo) – **Ato contra o extermínio na comunidade da Maré** – RJ
- OUTUBRO – **Semana Nacional da Comunicação** – RJ
- 16 OUTUBRO (sexta-feira) – **Dia de Luta contra as Transnacionais, na CSA**, RJ;
- OUTUBRO E NOVEMBRO de 2009 - **Campanha Por Outra Segurança Pública (Nacional e Internacional)**;
- 20 DE NOVEMBRO – **Dia Nacional da Consciência Negra**
- 10 DE DEZEMBRO (quinta-feira)– **Dia Nacional dos Direitos Humanos**.
- (?) DEZEMBRO - **Encaminhar denúncias sobre a política de segurança estatal a CIDH na visita ao Brasil em 2009**.

INFORMES DE ATIVIDADES

- TODA SEGUNDA-FEIRA - **Atividades pró-Conferência Municipal/ Estadual/ Nacional de Comunicação** - Clube de Engenharia, Avenida Rio Branco, Centro, às 19 – RJ
- 10 DE AGOSTO (segunda-feira) – **Missa de 1 ano em lembrança de Vera (de Acari)** - 10h, na Candelária RJ
- 11 DE AGOSTO (terça-feira) - **Reunião de Sistematização do Encontro Pela Vida, e para organização da ida para Salvador** – às 18h, na sala da Rede Contra A Violência - RJ
- 16 DE AGOSTO (domingo) - **Reunião de Mães e Mulheres do morro do Estado** - às 14h, na AMME - RJ
- 20 DE AGOSTO (quinta-feira) – **Reunião de Organização do Grito dos Excluídos** - às 18h, no Sindpetro, RJ
- 21 DE AGOSTO (sexta-feira) – **Roda de Funk** - na Praça 15 – RJ
- 23 DE AGOSTO (domingo) – **Domingo é Dia de Cinema** - às 9h, no Cine Odeon - RJ
- 25 DE AGOSTO (terça-feira) – **Audiência Pública para debater o projeto “Funk é Cultura”** – Plenário da ALERJ-RJ
- 25 DE AGOSTO (terça-feira) - **Hip-Hop pela retirada das Tropas do Haiti**, às 18h, no Sindpetro-RJ
- 12 DE SETEMBRO – **Feijoada do Bloco Se benze que dá** - na Maré (Passarela 7) -RJ.

SEGURANÇA PÚBLICA, VIOLÊNCIA POLICIAL E EXECUÇÕES SUMÁRIAS E CHOQUE DE ORDEM

PROBLEMAS APONTADOS

1. Violações de direitos decorrentes da própria natureza e estrutura do Estado;
2. Falta de avanço no campo da responsabilização do Estado no Brasil, tanto no caso de crimes cometidos por agentes estatais no período ditatorial como na atualidade;
3. Militarização progressiva da política de segurança pública associada à letalidade como critério de eficiência da ação policial;
4. Usos da metáfora da “guerra” que reforçam políticas pautadas na criminalização da pobreza, no confronto e no extermínio;
5. Preocupação com as armadilhas do discurso da gestão participativa da política de segurança pública;
6. Avaliação de que nunca houve uma política de segurança efetivamente pública no país.

DESAFIOS

1. Impor limites à ação repressiva e violadora do Estado enquanto se acumulam forças e organização popular capazes de superá-lo e construir uma nova organização política institucional da sociedade, efetivamente democrática e promotora de direitos e da construção de uma sociedade justa e igualitária;
2. Diminuir o alcance do poder penal;
3. Fortalecer a organização popular e ampliar os espaços de participação autônomos;
4. Racializar o debate sobre a violência institucional;
5. Pautar as dimensões de gênero, raça, etnia, idade e território como pilares da desigualdade social;
6. Lutar pela desmilitarização da polícia;
7. Priorizar o debate da promoção e garantia de direitos;
8. Criar alternativas no campo da comunicação.

PROPOSTAS

1. Pela transformação profunda da atual política de segurança pública adotada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro e pelo governo federal;
2. Pelo fim da letalidade policial;
3. Pressionar pela investigação célere e efetiva para apurar os abusos cometidos pela polícia nas comunidades, considerando-se especialmente:
 - a. As pessoas mortas e feridas em operações, incursões ou ações policiais;
 - b. Os familiares ameaçados e agredidos física e/ou verbalmente;
 - c. Os manifestantes criminalizados;
4. Que o Governo do Estado do Rio de Janeiro tome as medidas necessárias para o fim do uso dos veículos BLINDADOS conhecidos como caveirão e pacificador pelas polícias militar e civil do Estado;
5. Que todas as esferas do Estado tomem medidas no sentido de APROVAR o projeto de Lei que prevê a ampliação da competência da justiça comum na elucidação e no julgamento dos crimes praticados por policiais militares em suas atividades de policiamento, de modo a incluir homicídio culposo, lesão corporal e tortura. (âmbito federal);

6. Que o Governo do Estado do Rio de Janeiro tome medidas no sentido de dar plena autonomia e independência às Ouvidorias de Polícia, além de recursos suficientes para sua capacitação e desempenho competente das funções. Os ouvidores devem ser autorizados a examinar integralmente cada queixa, assim como submeter propostas de representação aos promotores. Além disso, os ouvidores devem ter o poder de requisitar judicialmente pessoa e documentos (ou seja, ter o poder de tomar testemunhos sob pena de perjúrio e requerer documentos sob pena de omissão de provas). As autoridades devem garantir a integridade física e a segurança dos ouvidores e suas equipes, bem como das pessoas que apresentem as queixas e denúncias;
7. Que todas as esferas do Estado tomem medidas no sentido de efetivação do Controle Externo da Atividade Policial pelo Ministério Público e criação de órgãos de investigação independentes. As autoridades brasileiras devem elaborar e regulamentar a criação de órgão de investigação dentro dos Ministérios Públicos estaduais e federais. Estes órgãos devem estar autorizados a requerer judicialmente documentos, intimar testemunhas e investigar repartições públicas, inclusive delegacias e outros centros de detenção para conduzir investigações completas e independentes;
8. Desvinculação dos setores periciais, inclusive do IML, da área de Secretaria da Segurança Pública;
9. Que todas as esferas do Estado tomem medidas no sentido de valorização do enfoque preventivo, ampliando a capacidade do sistema de justiça e segurança pública de evitar a ocorrência de danos, ao invés de investir simplesmente na representação aos crimes já ocorridos;
10. Que todas as esferas do Estado tomem medidas no sentido de adoção por parte das autoridades da segurança pública do Rio de Janeiro de um plano semestral de redução de homicídio;
11. Que o Governo do Estado do Rio de Janeiro tome medidas no sentido de criação de programas que retirem das ruas os policiais que se envolverem em eventos com resultado de morte, até que se investiguem as motivações e proceda a necessária avaliação do envolvido;
12. Que todas as esferas do Estado tomem medidas no sentido de elaborar rigoroso estatuto sobre abordagem de suspeitos, a fim de reduzir o número de vítimas fatais durante esses procedimentos e unificação progressiva das Academias e Escolas de Formação, e estabelecimento de convênios com as Universidades para formação do corpo policial;
13. Que sejam garantidos aos policiais os mesmos direitos sindicais e trabalhistas assegurados a outras categorias de trabalhadores brasileiros, incluindo o direito de greve;
14. Que o Governo do Estado do Rio de Janeiro tome medidas no sentido de treinamento para todos os policiais no emprego de técnicas não letais nas operações policiais (tiro defensivo, forma de abordagem, etc.);
15. Que todas as esferas do Estado tomem medidas no sentido de modificar os regulamentos policiais para que agentes vítimas de atentados ou que de alguma forma estejam envolvidos com o episódio não continuem participando das investigações, para diminuir ações vingativas;
16. Que todas as esferas do Estado tomem medidas no sentido da não utilização de armas de fogo em operações como reintegração de posse, estádios de futebol, greves e outros eventos com multidões;
17. Que todas as esferas do Estado tomem medidas no sentido de facilitar os relatos de abuso. Todos os defensores de Direitos Humanos, assim como as vítimas e seus familiares, devem ter acesso a um procedimento seguro para apresentação das queixas sem medo de represálias. Tais queixas deveriam ser automaticamente levadas às divisões de Direitos Humanos dos Ministérios Públicos estaduais.
18. Que todas as esferas do Estado tomem medidas no sentido de priorizar o combate dos homicídios dolosos com policiamento preventivo e investigativo e repressão sistemática aos grupos de extermínio.
19. Que todas as esferas do Estado tomem medidas no sentido de apuração e conclusão dos inquéritos policiais, permitindo o acesso à justiça aos familiares de vítimas de violência institucional, incluindo o desarquivamento dos casos que as famílias demandarem.
20. Contra a redução da maioria penal.

DISSENSO

1. Reformulação do programa de proteção à testemunha e vítimas da violência e do programa de proteção a defensores de direitos humanos visando maior alcance estrutural e efetividade de suas ações, assim como garantia de investigações isentas e apuração de todos os casos de ameaça à vida e integridade pessoal denunciados por testemunhas.
2. Reestruturação total dos atuais programas de proteção e defesa de vítimas, testemunhas e defensores dos direitos humanos (PROVITA, CEAV, PPCAM, PNPDDH, etc.) no sentido que sejam garantidas: continuidade, regulamentação legislativa, autonomia e controle social, garantia de investigações isentas e apuração de todos os casos de ameaça à vida e integridade pessoal denunciados por testemunhas, vítimas ou defensores.

CHOQUE DE ORDEM

1. Que os cidadãos tenham poder de decisão sobre a implementação de políticas públicas, exatamente para poder propor políticas mais convergentes com as necessidades da população e poder barrar medidas que nada beneficiam a maioria da população, como a construção de muros cercando as favelas, a perseguição aos vendedores ambulantes, as políticas repressivas contra os moradores de rua e os despejos ilegais;
2. Que os cidadãos tenham participação na aplicação da verba pública;
3. Uma política de habitação popular que atenda as necessidades da população e nos locais de construção próximos aos espaços com infra-estrutura instalada e com oportunidade de trabalho, saúde, lazer e de estudo;
4. Geração de emprego que garanta a melhoria da qualidade de vida da população;
5. Que todas esferas do Estado a nível federal, estadual e municipal, implementem programas e tomem medidas (como a redução da jornada de trabalho com aumento de salários) de modo a garantir trabalho remunerado e coberto com todas as garantias trabalhistas, previdenciárias e sindicais para todas brasileiras e todos brasileiros em idade produtiva. Enquanto essa garantia não existir, que cesse toda perseguição e repressão a todos os tipos de trabalho informal a que as pessoas são obrigadas a recorrer devido ao desemprego e aos baixos salários, como camelôs, flanelinhas, etc. Fim dos roubos (apelidados de "apreensão") cometidos pela Guarda Municipal contra os camelôs, investigação e punição dos agentes municipais envolvidos nessa prática, principalmente chefes e responsáveis das secretarias envolvidas;
6. O cumprimento do Estatuto das Cidades, preconizando a gestão democrática da cidade, a participação na elaboração do Plano Diretor, a regulamentação e implementação de instrumentos de política urbana, tais como o IPTU progressivo e edificação compulsória, com a revogação imediata de quaisquer leis ou decretos municipais que atentem contra estes instrumentos;
7. Exigimos que cessem imediatamente os despejos de ocupações de sem-teto e que os prédios ou terrenos ocupados sejam regularizados e transformados em moradia para atender a população com uma faixa de renda de 0 à 3 salários mínimos, pois esta representa 90% do déficit habitacional brasileiro;
8. Exigimos que pare imediatamente a repressão violenta e desumana contra os moradores de rua, incluindo as crianças e adolescentes em situação de rua, como o confisco ilegal de seus pertences, a utilização de creolina nas calçadas e a proibição da distribuição de quentinhas;
9. Exigimos que pare imediatamente a repressão violenta e desumana contra as profissionais do sexo mulheres e travestis;
10. Exigimos que a reestruturação da zona portuária seja feita com a participação da população que habita esta área e não do capital privado, que pretende expulsar a população pobre e residente da área. Portanto, que seja assegurada a melhoria da qualidade de vida de seus moradores, provendo a regularização da sua moradia e o maior acesso aos serviços e equipamentos públicos (como escolas, universidades, creches e hospitais);
11. Exigimos programas habitacionais e adequação dos existentes para a eliminação definitiva do déficit habitacional, priorizando a faixa salarial de 0 a 3 SM, que desmercantilize a moradia, de modo que os recursos passem pelo FNHS e a eles sejam destinados todos os imóveis ociosos ou subutilizados, especialmente das áreas centrais, privilegiando o atendimento da demanda direta.

PROPOSTAS NOVAS

1. Responsabilização do Estado Brasileiro pelo genocídio da população negra e indígena em curso perpetrado pelos aparatos do sistema penal;
2. Desmilitarização da polícia. Pelo fim da polícia militar;
3. Desarmamento total da guarda municipal;
4. Proporcionar mecanismos de proteção aos médicos e vítimas em atendimento hospitalar, visando a eliminação da coação e violência policial nestes espaços;
5. Fim do item do código penal que define a figura do auto de resistência ou resistência seguida de morte. Que todo evento com vítima fatal seja primariamente classificado como homicídio, sendo seu caráter (doloso ou culposo) e motivação (legítima defesa ou não, etc) estabelecidos no decorrer dos inquéritos e processos judiciais correspondentes;
6. Que o boletim de ocorrência só seja validado quando houver acordo por parte de familiares da vítima, testemunhas ou perito indicado pelas partes;

7. Extinção da secretaria de ordem pública da Prefeitura
8. Que o Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, Sr. Beltrame, seja exonerado por causa dessa política de confronto praticada no Estado do Rio de Janeiro;
9. Que seja criada uma secretaria (nacional e estadual) de apoio às vítimas e familiares de violência no Estado; de modo que o Estado assuma efetivamente o suporte (econômico, psicológico, segurança) das vítimas, sobreviventes e familiares de vítimas (fatais ou não) da violência policial no Brasil;
10. Criar uma Rede de Solidariedade e Dignidade da Pessoa Humana para manutenção de alimentação, remédios e outros recursos, às vítimas de violência policial em favelas e comunidades pobres do Brasil;
11. Que se crie uma Comissão ao nível federal, com membros dos três poderes, para percorrer comunidades onde têm sido freqüentes estes casos de violência e abuso estatal, tomando depoimentos, bem como se encontrando com membros da Defensoria Pública, do Ministério Público e de organizações defensoras de direitos humanos;
12. Afastamento imediato de funcionários dos órgãos de segurança que tenham trabalhado em órgãos de repressão durante a ditadura militar;
13. Definição de metas de redução da violência policial para os Estados e de reparação (tutela antecipada) das vítimas da violência policial e de seus familiares, vinculadas ao recebimento de verbas federais de programas e do plano de segurança pública;
14. Garantia da proteção jurídico-social e da reparação moral e de direitos, de forma prioritária, às vítimas da violência policial e aos familiares destas; Tutela antecipada dos direitos destes cidadãos supracitados, tendo em vista a situação de extremo risco social em que se encontram;
15. Constituição e efetivação prioritária de um Programa de Atendimento e Proteção para Jovens Vítimas da Violência e/ou Ameaçados por esta, e para os demais cidadãos nas mesmas condições; ACHO QUE ESTE PONTO FICA CONTEMPLADO PELA NOVA REDAÇÃO DO ASSUNTO NAS PROPOSTAS DO ROTEIRO.
16. Elaboração de um rigoroso Estatuto sobre a abordagem de suspeitos, visando sua integridade, dignidade e respeito aos seus direitos;
17. Jornada de trabalho para os policiais igual à garantida para todos os trabalhadores; Fim do período de plantão de 24h por 48h de folga, para os policiais;
18. Acesso público, nas delegacias e batalhões, a listagem de funcionários em escalas de plantão, que deve ser disponibilizada até 48h após o plantão em caso de missões especiais;
19. Afastamento da função de policiais que se envolverem em eventos com resultado de morte, até que se investigue as motivações e proceda a necessária avaliação psicológica do envolvido;
20. Implementação de programa de atendimento psicológico aos policiais e agentes de segurança envolvidos em ocorrências seguidas de morte;
21. O treinamento para todos os policiais no emprego de técnicas não letais nas operações policiais (tiro defensivo, forma de abordagem, etc);
22. A demissão dos funcionários da área de segurança que ocultarem sua identificação;

DISSENSO

1. Que o Governo do Estado do Rio de Janeiro tome medidas no sentido de ampliar a capacidade investigativa da Polícia Civil, com modernização e capacitação da polícia técnica e científica; criação imediata dos sistemas de rastreamento de armas e de veículos, inclusive os oficiais usados pela polícia, pela ampliação do uso de sistemas como o GPS, identificação balística, identificação de impressão digital e fotográfica. (acho que aqui houve)
2. Criação de um grupo de trabalho para encaminhar ações judiciais contra políticas de segurança pública violadoras de direitos humanos (como por exemplo, caveirão, mandados de busca e apreensão genéricos, autos de resistência, muros etc.)

RECOMENDAÇÕES PARA RESISTÊNCIA

1. Construir instrumentos e mecanismos de participação popular visando a afirmação e garantia de direitos, na perspectiva de superação das causas estruturais da violência;

2. Estimular de todas as formas a autonomia e independência das organizações comunitárias face ao estado, partidos, igrejas e outros agentes;
3. Construir mecanismos permanentes de ligação entre as comunidades e entre o movimento das comunidades e os movimentos sociais e de direitos humanos;
4. Constituição de um Grupo de Trabalho Nacional, com apoio e participação internacional, para encaminhar as denúncias contra o Estado brasileiro a organismos internacionais, inclusive as cortes internacionais existentes (Corte Interamericana e Tribunal Penal Internacional);
5. Organização de Vigílias Nacionais diante de órgãos dos três poderes do Estado, a exemplo do que os familiares de vítimas do Rio de Janeiro fizeram em frente à residência do governador do Estado. Propomos que a primeira vigília nacional, diante dos Tribunais de Justiça de vários estados, coincida com a visita ao Brasil da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, prevista para dezembro.
6. Construção de uma campanha que envolva todos os setores populares, tendo como eixo político a resistência a atual política de segurança pública;
7. Construção de uma plenária para aprofundar a discussão sobre o choque de ordem.

PROPOSTAS DE ATIVIDADES PARA O CALENDÁRIO DE LUTA

- 07 DE SETEMBRO (segunda-feira) – **Grito dos Excluídos;**
- 10 DE DEZEMBRO (segunda-feira) – **Dia Internacional Direitos Humanos;**
- 18 DE AGOSTO (terça-feira) - **Ato contra o choque de ordem** - das 10hs às 13hs, em frente à prefeitura (Cidade Nova) – RJ.

Grupo De Trabalho 2
Relator: Rafael Dias

VIOLÊNCIA PARAMILITAR E GRUPOS DE EXTERMÍNIO: AS RESPONSABILIDADES DO ESTADO

1. Conceituar milícias como grupos armados para prática de diversas extorsões e exploração irregular de serviços públicos, controlados por integrantes das instituições de segurança pública e/ou das Forças Armadas, para fins econômicos escusos, não raro com representação direta de parlamentares ou indiretamente na forma de sustentação dessa atividade criminosa, contando, no mínimo, com a tolerância de autoridades de Poderes Executivos, legislativo e judiciário;
2. Apontar as responsabilidades políticas dos últimos governos municipais e estaduais, a partir de 2000, pelo desenvolvimento das milícias no Rio de Janeiro, no mínimo por omissão e, no caso do prefeito César Maia, por declarações públicas que revelam atitude permissiva com os milicianos;
3. Criar uma Corregedoria externa, fora da estrutura da Secretaria de Segurança Pública, com cargos, funções e planos de carreira próprios. 16. Cobrança ao Ministério Público para que exerça, fática e efetivamente, o controle externo da Polícia, bem como fiscalize todo o sistema de segurança;
4. Alterar a legislação eleitoral, no que diz respeito aos ilícitos de abuso de poder político e econômico, estabelecendo o prazo de até 06 meses após a posse para o ajuizamento das cabíveis ações judiciais. Alterar, ainda, incluindo a pena de inelegibilidade de 08 anos, após o trânsito em julgado da decisão da Justiça Eleitoral, bem como para admitir a suspensão do mandato, quando necessária, enquanto durar o processo;
5. Tipificar o crime de —carral eleitoral - quando essa captação de sufrágio alcança uma coletividade, dentro de uma base territorial, entre outros aspectos – com pena em dobro, tanto a privativa de liberdade, quanto à de inelegibilidade;
6. Legalizar o transporte alternativo municipal pela Prefeitura do Rio de Janeiro, e do intermunicipal pelo Estado, com a devida normatização, cadastro, controle e fiscalização, mediante permissões de caráter individual;
7. Criar uma comissão de Investigação que envolva órgãos da polícia civil, Ministério Público, judiciário e sociedade civil organizada no enfrentamento as milícias e os crimes de extermínio;

8. Desarmar e desmilitarizar o corpo de bombeiros, já que sua função é para a defesa civil e saúde. Rapidez da tramitação da matéria no legislativo;
9. Aprovar a tipificação legal do crime de milícia;
10. Proibir o monopólio da venda de gás, água, TV a cabo e a cobrança de taxa de segurança e outros comércios ilegais que são a base econômica da milícia;
11. Realizar campanhas públicas de esclarecimento sobre os riscos de contratação de segurança privada e o processo de privatização da segurança pública;
12. Responsabilizar a PF e a Secretaria de Segurança Pública do estado pelo funcionamento e fiscalização de empresas de segurança privadas e clandestinas;
13. Priorizar o combate dos homicídios dolosos e desaparecimentos com o policiamento preventivo e investigativo e repressão sistemática aos grupos de extermínio e milícias;
14. Denunciar a ação das milícias e grupos de extermínio aos organismos internacionais e nacionais;
15. Responsabilização por prevacarização, conivência e omissão dentro de outras possibilidades do Ministério Público, judiciário e executivo em áreas de sua atuação e competência;
16. Cortar as fontes de recursos de grupos de extermínio e milícias;
17. Cobrar investigação efetiva dos crimes de intimidação e extermínio das milícias contra os movimentos sociais.

GRUPOS DE EXTERMINIO:

1. Afastamento preliminar do exercício da atividade policial, com suspensão do porte de arma, ainda na esfera administrativa, dos policiais apontados neste relatório e de outros, a serem apontados por investigações subseqüentes, como envolvidos em ocorrências delituosas;
2. Acompanhamento das recomendações feitas ao Governo do Estado, incluindo uma avaliação minuciosa dos inquéritos policiais instaurados, na medida em que, por vezes, há inquéritos conduzidos de forma a só cumprir as aparências do rito formal, não chegando a uma conclusão satisfatória quanto à obtenção da verdade dos fatos.

RECOMENDAÇÕES PARA RESISTÊNCIA

1. Campanha por outra segurança pública;
2. Divulgação da mídia alternativa e independente;
3. Criar jornal e boletim do Encontro Por outra segurança pública e ampliar para outros setores;
4. Sistematização da memória do encontro;
5. Construir redes nacionais e internacionais para discutir outra política de segurança e denuncia a política de extermínio.

PROPOSTAS DE ATIVIDADES PARA O CALENDÁRIO DE LUTA

1. Campanha por outra segurança pública (nacional e internacional) outubro e novembro de 2009;
2. Levar a bandeira de luta para o Grito dos Excluídos;
3. Organizar evento no dia internacional dos direitos humanos – 10 de dezembro;
4. Encaminhar denúncias sobre a política de segurança estatal a CIDH na visita ao Brasil em 2009.

Grupo De Trabalho 3
Relatora: Tamara Melo

VIOLÊNCIA PENAL, POLÍTICA CARCERÁRIA, SISTEMA SÓCIO-EDUCATIVO, DEFESA DE DIREITOS DE PRESAS E PRESOS E SEUS FAMILIARES

1. Desvinculação das corregedorias dos sistemas penitenciário e sócio-educativo da estrutura funcional destes órgãos, assegurada a participação popular durante o processo de apuração de supostas irregularidades e nas fiscalizações periódicas às unidades, com afastamento imediato dos agentes acusados de tortura, homicídio ou corrupção durante as investigações;
2. Desativação das carceragens localizadas nas dependências das delegacias policiais;
3. A política de Segurança Pública deve garantir a efetivação dos direitos Constitucionais do preso e daqueles previstos na Lei de Execução Penal – LEP, inclusive o direito ao voto do preso provisório, do adolescente internado, e, ainda do preso já condenado em definitivo (neste último caso, sendo necessária a aprovação da proposta de emenda à Constituição), bem como a assistência jurídica por parte da defensoria pública ao longo de todo o processo e execução da pena;
4. Efetivar a política nacional de saúde prisional preconizada no SUS e garantir políticas de saúde em seus níveis básico, de emergência, tratamento de enfermidades e dependência química dos presos e presas nas carceragens e no sistema prisional;
5. Garantir acesso à educação e capacitação profissional, oferecendo alfabetização e ensino qualificado reconhecidos pelo Ministério da Educação e cursos profissionalizantes aos presos e presas bem como estruturar políticas de emprego e geração de renda para os egressos e liberados condicionais, inclusive com ações afirmativas para garantia do acesso à educação e ao mercado de trabalho. Prover políticas de assistência à família dos presos e presas que nunca trabalharam no mercado formal pelo Estado, inclusive com a criação de programas sociais que prestem apoio psicossocial e financeiro aos familiares e visitantes destes presos e presas;
6. Ampliar as hipóteses legais de cabimento das penas alternativas, em substituição às penas privativas de liberdade, e proibir a aplicação de prisão cautelar contra acusados da prática de crimes que admitem penas alternativas. Realizar análise da situação jurídica de cada preso em todas as unidades prisionais do país, a fim de reduzir a população carcerária;
7. Abolir o instituto da reincidência, garantindo que o Juiz profira o julgamento baseado no fato, não a partir dos antecedentes criminais, bem como restringir o acesso à ficha criminal aos órgãos vinculados ao sistema criminal, assegurando o sigilo como instrumento apenas do processo, sendo esta ficha eliminada após o cumprimento da pena;
8. Abolir a revista aos familiares, proibindo qualquer tipo de revista íntima ou vexatória aos familiares e/ou visitantes;
9. Instituir dispositivos que garantam o acesso à Justiça a partir da criação de departamentos jurídicos, assegurando a presença de um defensor em cada um destes núcleos, em todas as unidades do sistema penal (sistema penitenciário e carceragens);
10. Alocar os presos e presas e internados o mais próximo possível de seu local de moradia, garantindo a convivência familiar e comunitária;
11. Proibir a exposição da imagem da pessoa presa na mídia, evitando a divulgação de falsas acusações e impondo à imprensa respeito aos direitos do preso;
12. Municipalização das medidas sócio-educativas, principalmente em meio aberto, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);
13. Fechamento das unidades de internação que estejam localizadas em espaços contíguos ao sistema prisional (SINASE 7.4.3);
14. Educação continuada e constante, com noções de direitos humanos, dos profissionais envolvidos no atendimento sócio-educativo e no sistema prisional, os quais devem ser contratados por meio de concurso público;
15. Garantir a Convivência familiar e comunitária aos adolescentes que se encontram em cumprimento de medida sócio-educativa privativa de liberdade;
16. Cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e construção de unidades próprias e adequadas à aplicação de medidas sócio-educativas.

PROPOSTAS NOVAS

1. Impedir a redução da idade penal;
2. Assegurar que absolutamente todas as mortes sob custódia levem à instauração de procedimento investigatório, ainda que, à primeira vista, pareçam resultar de causa natural;
3. Implementar um Sistema de Informação e Estatística, com cobertura em todos os estados da federação, que forneça dados detalhados sobre a situação prisional e do cumprimento das medidas sócio-educativas e, ainda, com um levantamento das mortes e denúncias de tortura verificadas no interior das unidades;

4. Garantir a independência dos Conselhos da Comunidade e de suas deliberações;
5. Garantir condições adequadas nas unidades femininas, especialmente quanto à saúde, gestação e amamentação, e prover políticas públicas que tratem da situação peculiar de abandono que atinge as mulheres encarceradas;
6. Abolir o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD);
7. Impedir a privatização das unidades prisionais ou Parcerias Público-Privadas (PPPs);
8. Legalização do aborto e garantia de sua efetiva realização pelo SUS;
9. Abolir o Exame Criminológico;
10. Abolir o sistema prisional.
11. Acumular o debate sobre a alteração da iniciativa da ação penal em crimes contra o patrimônio (atualmente a ação penal é pública e incondicionada em crimes contra o patrimônio, havendo quem defenda a mudança da iniciativa, que passaria a ser pública condicionada à representação ou mesmo ação penal privada);
12. Assegurar a integração de presos e presas, adolescentes internados, e seus familiares no debate sobre sistema prisional e medidas sócio-educativas.

PROPOSTAS DE ATIVIDADES PARA O CALENDÁRIO DE LUTA

1. Construir encontro específico sobre essa temática no segundo semestre de 2009.
-

Grupo de Trabalho 4
Relatora Substituta: Sandra Carvalho

LIMITES DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA: A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA FRENTE AO SUSP, PRONASCI E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA CONSEG

1. Desvincular as polícias militares do Exército;(Para tanto,faz-se necessária a supressão do conceito de força “auxiliar e reserva do Exército”,constante do art. 144 da Constituição Federal);
2. Desmilitarizar a Polícia Militar;
3. Extinguir as justiças militares estaduais;
4. Lei Orgânica Única para as polícias estaduais (é preciso estabelecer uma Lei Orgânica comum, que regule a disciplina e a hierarquia da polícia);
5. Promover a unificação das Polícias;
6. Assegurar a independência institucional, orçamentária e administrativa da perícia técnica(É necessário assegurar constitucionalmente, na legislação específica de cada estado, a autonomia plena da Perícia Oficial);
7. Determinar que as Corregedorias de Polícia tenham carreira própria e não sejam subordinadas às instituições policiais;
8. Extinguir a Inspetoria Geral das Polícias Militares;
9. Tornar obrigatória a criação de Ouvidorias de Polícia independentes nos Estados e no Distrito Federal, com ouvidores protegidos por mandato e escolhidos com participação da sociedade;
10. Institucionalizar o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) previsto pelo projeto de Lei nº 1.937/2007;
11. A atual prática de classificação das mortes por policiais como “autos de Resistência” ou “Resistência seguida de morte” oferece um cheque em branco às mortes por policiais e deve ser abolida. Sem prejuízo dos resultados dos julgamentos penais, essas mortes devem ser incluídas em estatísticas próprias de “homicídios por agentes do Estado” de cada estado;

RECOMENDAÇÕES PARA RESISTÊNCIA

1. Campanha Itinerante com o objetivo de formação e enfrentamento do atual modelo de segurança pública. A campanha terá mobilidade e apoiará lutas em curso e também servirá como mecanismo de enfrentamento e resistência.

SAÚDE E SEGURANÇA PÚBLICA

1. O principal problema apontado pelo grupo é a realidade violenta e repressiva do cotidiano das pessoas que se reflete na saúde de todos e é tratado isoladamente. Isto é, a solução hegemônica é a utilização de medicamentos e o tratamento apenas do sintoma do caso, colocando-o em um patamar individualizado e não coletivo.
2. Foi apontado também, além da péssima qualidade dos serviços, que internamente os setores da saúde se isolam, não funcionando enquanto uma rede.
3. Assim, o desafio colocado é sair do isolamento interno e externo, dialogando com as entidades que lutam pelos direitos humanos e criando uma rede para melhor atender as demandas que estão colocadas.
4. Pressionar o poder público para que sejam tomadas medidas no sentido de dar independência e controle social dos institutos de medicina legal, bem como ampliação e modernização de sua estrutura e desvinculação dos setores periciais da área de secretaria de segurança pública.
5. Já existe uma legislação que protege os profissionais de saúde para que recusem a dar entrada em hospitais públicos os corpos trazidos por força policial, devemos lutar para que esta proteção se concretize de fato.
6. Incluir o debate de violência e saúde pública na agenda dos profissionais de saúde, conselho e sindicatos dos trabalhadores da saúde e conselho municipais, estaduais e nacional de saúde.
7. Estimular e divulgar pesquisas apresentando os efeitos da violência em segmentos da sociedade brasileira com recorte étnico-racial, etário e de gênero.
8. Padronizar protocolo do sistema único de saúde (sus) para criar indicadores confiáveis de mortalidade por causa externa e perfuração por armas de fogo (paf) com recorte étnico-racial, etário e de gênero.
9. Tratar a violência contra a juventude, negros e mulheres como problema de saúde pública e responsabilidade do estado.
10. Incentivar a mudança do paradigma hegemônico do cuidado à saúde as pessoas que usam drogas, considerando as estratégias de redução de danos.
11. Expandir e consolidar programas de serviços básicos de saúde e de atendimento domiciliar para a população de baixa renda, com enfoque na prevenção e diagnóstico prévio de doenças e deficiências, com apoio diferenciado às pessoas idosas, indígenas, negros e quilombolas, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua, lgbt, crianças e adolescentes, mulheres, pescadores artesanais e população de baixa renda.
12. Implementar a reforma psiquiátrica com ampliação da rede substitutiva de saúde mental e fechar os hospitais psiquiátricos que produzem violações de direitos humanos e tortura.
13. Ampliar espaços de formação de profissionais de saúde para identificar casos de tortura e outras violências denunciando para órgãos competentes.
14. Capacitar a rede multidisciplinar já existente para atender pessoas vítimas de violência.
15. Promover o acesso à saúde no sistema prisional e sócio-educativo.
16. Articular debates com o sistema de conselhos de profissionais ligados à saúde sobre violência, política de segurança pública e os seus efeitos políticos e subjetivos.
17. Estimular a articulação entre saúde e direitos humanos.
18. Formas de resistência/ calendário:
19. Chamar os conselhos de saúde para uma atividade conjunta entre os profissionais da área de saúde e as entidades que lutam pelos direitos humanos. Pensamos em um seminário “saúde e violência”
20. Apontaram também a necessidade do desdobramento de um espaço permanente a partir do encontro para que possamos dar consequência, articuladamente, a tudo o que foi levantado.

RECOMENDAÇÕES PARA RESISTÊNCIA

1. Realizar uma luta conjunta entre os profissionais de saúde e as entidades de direitos humanos pela descriminalização das drogas e do aborto

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA, MÍDIA

PROBLEMAS

1. Pouca articulação entre as mídias independentes e os comunicadores dos movimentos sociais;
2. Monopólio da comunicação/ propriedade cruzada;
3. Repressão à mídia e à cultura popular;
4. Cultura de massas/comercial baseada no consumo;
5. Desvalorização de agente cultural popular;
6. Discurso hermético dos veículos de comunicação da esquerda;
7. Violência simbólica produzida pela grande mídia pelo menosprezo em relação à vida das pessoas acusadas de crimes e pela criminalização de quem a polícia mata;
8. Publicação na grande mídia de informações pejorativas sem checagem prévia;
9. Censura exercida pelo Estado, pelo mercado, pela própria mídia;
10. Violência simbólica que a sociedade civil exerce, reproduzida, por exemplo, nas cartas dos leitores, com base na própria imprensa, jogos violentos etc.;
11. Ignorância, preconceitos e equívocos cometidos pelos trabalhadores de imprensa;
12. Peso desigual para fontes de assuntos relacionados a favelas, com peso maior para a informação oficial do que para a de moradores das comunidades;
13. Baixa ou distorcida visibilidade para os reais problemas populares como, por exemplo, a violência imposta aos pobres.

DESAFIOS

1. Valorização de espaços de produção cultural popular;
2. Saber utilizar melhor as estruturas públicas para com isso garantir direitos, exigir do Estado os meios;
3. Explicar para a população como ocorre a propriedade privada, os seus efeitos na sociedade;
4. Repensar as formas de comunicação dos movimentos sociais “para fora”;
5. Explorar mais os recursos disponíveis para a comunicação dos movimentos sociais como as ferramentas da internet, por exemplo;
6. Buscar os meios para os movimentos sociais não se tornarem reféns da grande mídia;
7. Promover uma articulação maior entre os meios de comunicação e os profissionais de comunicação dos movimentos sociais;
8. Apropriar-se do conteúdo produzido pelas pessoas (vídeos etc.) e das novas mídias;
9. Impulsionar produção de conteúdo nas periferias;
10. Lutar contra a censura;
11. Renovar a linguagem;
12. Falar não apenas para os mesmos, mas para novos;
13. Utilizar recursos alternativos de comunicação, como as rodas de funk, por exemplo;

14. Lutar contra a criminalização do grafitti (classificado na lei como crime);
15. Disputar o interesse dos profissionais da grande mídia em torno das lutas dos movimentos sociais (aproveitando momento de crise no mercado com repórteres insatisfeitos);
16. Não fortalecer os símbolos da violência, a violência simbólica;
17. Repensar sobre os próprios preconceitos do meio;
18. Atuar em duas frentes simultaneamente: a grande mídia e a mídia alternativa;
19. Valorizar o peso da informação oriunda de fonte moradora de favela;
20. Quebrar preconceitos culturais. Por exemplo: assumir-se funkeiros;
21. Usar arte, cultura e sensibilidade para militar;
22. Tornar a linguagem mais popular sem se tornar populistas;
23. Pensar em novas formas de ser e de estar no mundo a partir das novas mídias;
24. Promover a qualificação, por meio de pesquisa e do conhecimento da realidade das comunidades;
25. Lutar contra a concentração dos recursos de comunicação em mãos de poucos;
26. Criar os próprios símbolos;
27. Mapear a mídia alternativa existente;
28. Criar um veículo diário dos movimentos sociais de esquerda.
29. Acabar com o cenário de concentração de mídia e “propriedade cruzada” (quando uma mesma empresa (ou grupo associado) controla jornais, rádios e televisão na mesma praça);
30. Desenvolvimento das Cidades Digitais com a implementação e construção de política pública para garantia de acesso à internet;
31. Defesa de liberdade de compartilhamento de arquivos, da liberdade de produção e circulação de informação na internet, da inviolabilidade dos conteúdos de endereço eletrônico, e estímulo ao software livre;
32. Fomento à criação, implementação, articulação e democratização dos conselhos de comunicação municipais, estaduais e nacional para pleno exercício do controle social;
33. Garantir que os conselhos de comunicação, contemplem a representação democrática dos diversos setores da sociedade, sem a necessidade de exigência de CNPJ;
34. Que os conselhos possam ser responsáveis pela concessão de rádios e TVs locais;
35. Reafirmação da necessidade da chamada "classificação indicativa", e processo regulatório que vá além desse instrumento, definindo conteúdo que proteja adolescentes e crianças com o fortalecimento das campanhas pela Ética na TV, e apoio ao fim da Publicidade Infantil ;
36. Potencializar a produção cultural, principalmente através das vias comunitárias;
37. Viabilizar a prática política da linguagem dando ênfase às novas formas de pensar o mundo, novas mentalidades que permitam a análise dos efeitos dessa leitura crítica no dia-a-dia propiciando um sentido de transformação do mundo, que criem outras formas de produção de modos de existência (produção de subjetividades);
38. Regulamentar a forma como a mídia (jornais impressos, rádio e TV) trata as operações policiais; proibindo a veiculação de imagens de detidos, o uso do termo “bandido” e a formas pejorativas como “poliçada” etc; e as utilizações sensacionalistas de mortes, rebeliões e operações policiais;
39. Formular campanhas de educação e debates sobre a situação da violência para promover discussões sobre a criminalização através dos veículos de comunicação;
40. Transformar os projetos em diretrizes políticas, apostando na quebra do monopólio;
41. Criação de um fundo(s) de financiamento público, além da destinação de percentuais da verba publicitária dos governos municipais, estaduais e federal para a comunicação comunitária;

42. Revisão dos critérios de distribuição das TVs e rádios educativas;
43. Construção de marco regulatório claro para as rádios universitárias e educativas;
44. Construção de uma gestão verdadeiramente pública e participativa;
45. Estabelecimento de critérios e de políticas transparentes para a seleção de produção independente, de modo a garantir pluralidade e diversidade;
46. Canal comunitário na TV aberta, digital em todas as cidades , com operador de rede público;
47. Trabalhar a criação de redes junto aos produtores de informação;
48. Integração das comunidades em rede da internet com as rádios e TVs comunitárias;
49. Contra a Lei 5265 que criminaliza o Funk!
50. Pela liberação dos bailes Funks em todas as comunidades. Cultura não é assunto de polícia!
51. Contra a criminalização do Grafitti! Pelo reconhecimento da arte popular nos muros!
52. Aproveitar os novos e diferentes usos das novas tecnologias (Orkut, MP3,etc...);
53. Convocar os Movimentos Sociais transversalizando seus motes com a questão da Mídia, por exemplo, mostrando com a grande mídia trabalha a a questão racial, da terra, de gênero, da homofobia, da violência, da segurança pública.
54. Que todos os estados e municípios tenham sua rádio pública, mantida com quadros de servidores públicos especializados e coordenados por um conselho comunitário (formado por entidades sindicais, escolas, universidades, associações de moradores, entidades religiosas, associações culturais etc.), funcionando, inclusive, como ator de capacitação e de apoio às rádios comunitárias;
55. Permitir a concessão municipal para as rádios comunitárias, desde que haja, uma forma de regulamentação na esfera estadual ou federal;
56. Estímulo à produção pública, comunitária através da cultura;
57. Garantir programações comunitárias nas TVs estatais e privadas;
58. Produção de documento com o passo a passo de orientação para criação de rádios e TVs estudantis e comunitárias;;
59. Estimular o uso de jornais, rádios e TVs comunitárias, sindicais, populares, entre outros, como campo de estágio para estudantes.;
60. Estimular a propagação da cultura produzida nas favelas e na periferia. É importante a construção. É importante a construção de uma nova visão da cultura, em que as pessoas passem do papel de consumidores para serem protagonistas.

PROPOSTAS

1. Criação de um fórum permanente de discussão das questões de interesse da mídia alternativa e da comunicação dos movimentos sociais;
2. Formação de uma lista de discussão para facilitar o diálogo;
3. Construção de um banco de dados único de contatos (mailing, fontes etc.);
4. Organização de cursos de formação de comunicadores de mídia popular;
5. Mobilização via mídia alternativa da campanha contra a lei que proíbe o funk;
6. Realização de congresso ou seminário com a participação de representantes da grande mídia e da mídia alternativa para a concepção de um manual de cobertura da segurança pública;

PROPOSTAS DE ATIVIDADES PARA O CALENDÁRIO DE LUTA

- 21 DE AGOSTO – **Roda de funk** - na Praça 15 –RJ
- 25 DE AGOSTO – **Audiência pública do funk** – RJ
- OUTUBRO – **Semana Nacional da Comunicação** – RJ

- TODA SEGUNDA-FEIRA - **Atividades pró-Conferência Municipal/ Estadual/ Nacional de Comunicação** - Clube de Engenharia, Avenida Rio Branco, Centro, às 19 – RJ
- 5 DE AGOSTO – Dia Nacional do Funk
- 12 DE SETEMBRO – Feijoada do Bloco Se benze que dá - na Maré (Passarela 7)-RJ.

Grupo de Trabalho 7
Relator: Eduardo Pereira

SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL EM DEBATE

1. Reconhecimento da falta de unidade e acúmulo político dos Movimentos Sociais nessa temática da Justiça Criminal;
2. Reconhecimento da necessidade de aprofundar e socializar o debate em torno dessa temática da Justiça Criminal entre os diferentes segmentos populares que compõem a luta por direitos humanos;
3. Necessidade de promoção de ações que visem à construção de bandeiras políticas que unifiquem os movimentos sociais em torno do tema da Justiça Criminal;
4. Necessidade de investir na formulação de estratégias de intervenção política de grande alcance popular;

RECOMENDAÇÕES PARA RESISTÊNCIA

1. Necessidade de organizarmos a articulação de uma Campanha Popular Permanente visando debater e buscar unidade entre os movimentos sociais quanto à questão da segurança pública tendo como uma de suas principais preocupações a formulação de estratégias de intervenção política que não se limitem a discussões internas, mas sim se preocupem em potencializar o alcance popular (por exemplo, realizando atividades em escolas e comunidades populares).